



*Centro Técnico de Aeronáutica de São José dos Campos.
Aula no Laboratório de Química (Texto na pág. 9).*

CAPES

**BOLETIM INFORMATIVO DA CAMPANHA NACIONAL DE
APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR**



**COMISSÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL
DE NÍVEL SUPERIOR**

Presidente
Antônio Ferreira de Oliveira Brito
Ministro da Educação e Cultura

Secretário Geral
Anísio Spínola Teixeira

Membros :

- Waldyr dos Santos**
— Departamento Administrativo do Serviço Público.
- Ernesto Luiz de Oliveira Júnior**
— Comissão Nacional de Assistência Técnica.
- Manoel Frota Moreira**
— Conselho Nacional de Pesquisas.
- Joaquim Faria Góes Filho**
— Confederação Nacional da Indústria.
- Maurício Magalhães Carvalho**
— Confederação Nacional do Comércio.
- Aldo Batista Franco**
— Banco do Brasil S. A.
- Luís Narciso Alves de Matos**
— Fundação Getúlio Vargas.
- Lourival Câmara**
— Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
- Anísio Spínola Teixeira**
— Ministério da Educação e Cultura.

**CAMPANHA NACIONAL DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL
DE NÍVEL SUPERIOR**

Secretário Geral
Anísio Spínola Teixeira

Diretor de Programas
Almir de Castro

Av. Marechal Câmara, 210-8º e 9º andares — C. postal, 5185
- End. teleg. EDCAPES - Tel. 52-9072 - Rio de Janeiro - Brasil

MEIA-VITÓRIA MAS VITÓRIA

Anísio S. Teixeira

Não se pode dizer que a Lei de Diretrizes e Bases, ora aprovada pelo Congresso, seja uma lei à altura das circunstâncias em que se acha o país, em sua evolução para constituir-se a grande nação moderna que todos esperamos.

Se isto não é, não deixa, por outro lado, de ser um retrato das perplexidades e contradições em que nos lança êsse próprio desenvolvimento do Brasil. Afinal, é na escola que se trava a última batalha contra as resistências de um país à mudança.

O fato de não termos chegado a libertar-nos completamente dos anacronismos da situação anterior revela que a lei é o resultado de uma luta em que as pequenas mudanças registradas constituem vitórias e não dádivas ou modificações arbitrárias do legislador.

É por isto mesmo que tais modestas vitórias precisam ser consolidadas na sua execução. Não se julgue que seja isto automático. Se não houver visão e vigilância no cumprimento da lei, a máquina administrativa poderá vir a burlá-la completamente, sem outro esforço que o de manter as atitudes e os hábitos da burocracia educacional criada pelo Estado Novo e, até hoje, apenas tocada nas singelíssimas e diminutíssimas alterações dos últimos "curtos" quinze anos de restabelecimento democrático.

Com efeito, a vitória maior da Lei de Diretrizes e Bases está no novo conceito, no novo status dessa lei. Trata-se de uma lei complementar à

Constituição e não de uma simples lei federal, que regulasse as funções do governo federal em educação. Leis federais de ensino haverá, além desta, mas, para regular o sistema federal de ensino, os estabelecimentos federais de educação.

A Lei de Diretrizes e Bases é uma lei federal, **sui-generis**, à maneira do Código Civil, do Código Comercial, etc., destinada a regular a ação dos Estados, dos Municípios, da União e da atividade particular no campo do ensino.

Não se trata de lei cujo cumprimento dependa da autoridade federal, como era o caso das demais leis federais de ensino.

Tôdas as autoridades do país estão sujeitas a essa lei e como tal são intérpretes de sua execução. Os Estados devem fazer suas leis criando os sistemas estaduais de educação, dentro dos poderes que lhes dá a nova lei.

Se isto não fôr compreendido e se continuar a dependência dos Estados por autorizações e concessões do poder federal, voltaremos à situação anterior e impediremos a diversificação e a descentralização que, de qualquer modo, se estabelecem na nova lei.

Este é o ponto fundamental. Que não surja nenhum regulamento a essa lei. Quem vai proceder aos atos complementares para a execução da Lei de Diretrizes e Bases são os Estados e não o poder federal. Êste poderá fazer a sua lei federal reguladora de seu sistema federal do ensino, mas os Estados é que terão agora de fazer suas leis estaduais de diretrizes e bases, fundadas nas Diretrizes e Bases nacionais, e não federais, para a criação dos sistemas estaduais de educação.

A emulação dos vinte e um sistemas estaduais de educação é que irá dar ao país a sábia competição de vinte e uma experiências educacionais, adaptadas localmente dentro do quadro nacional da lei básica.

Essa autonomia, essa faculdade, êsse novo poder dos Estados é que desejo saudar na ocasião em que se vota a primeira lei nacional de educação no Brasil.

Mas, cuidado! Se persistirem os hábitos da **imposição** do governo federal e os hábitos de **dependência** dos Estados, tudo poderá perder-se, vencendo a máquina administrativa, que ainda aí está; todo o extraordinário esforço que representaram os treze anos de luta por essa lei de meia-vitória, mas, de qualquer modo, de vitória contra a centralização e o totalitarismo do Estado Novo.

FORUM DE OPINIÕES

Formação de Novas Elites

Damos abaixo a opinião do professor Durmeval Trigueiro, novo diretor da Divisão do Ensino Superior do Ministério da Educação e Cultura, em relação ao problema da formação de novas elites, no quadro mais geral da reforma da Universidade no Brasil:

As mudanças sociais qualitativas são menos espontâneas de que parece a certos sociólogos mecanicistas e «providencialistas». As elites têm condições de intervir no processo de transformação social, particularmente as elites universitárias, desde que cheguem a integrar-se à estrutura dialética que devem ter num país democrático, isto é, que baseiem a sua ação ao mesmo tempo na assimilação ao povo — o que lhe confere autenticidade e afinidade propiciadora da influência sobre ele — na dissimilaridade e na rutura, da qual deve originar-se a mudança de rumo.

Na brecha, na discontinuidade, no corte que é papel das elites convocar através da consciência crítica e revisionista, é que se introduz o valor nôvo ou a retificação

e o rejuvenescimento de velhos esquemas. É a consciência universitária que pode ser ao mesmo tempo presente e futura, imediata e mediata, talhada pelos fatos mas não coincidindo inteiramente com êles; alongando-se além dêles, como o consciência judicativa, capaz de medi-los e julgá-los, e como instância redutora, capaz de despojá-los de suas aderências puramente contingenciais. Essas duas formas de consciência, a judicativa e a redutora, são especificamente universitárias, isto é, estão vinculadas a uma perspectiva de universalidade que não se isola de nenhum tempo, mas os supera a todos. A perspectiva universal identifica as incidências históricas, sociais, econômicas, políticas e culturais, como incidências; daí, poder partir para a superação delas. Mas superar as

incidências não significa, para a visão universitária, que a universidade nelas se engaje. Ela se insere nas situações, embora tendendo constantemente a transcendê-las, pela consciência da relatividade delas. A universalidade não se coloca, portanto, na linha da abstração e da intemporalidade mas da encarnação e da tensão. A tensão força o movimento social; e impede que a encarnação se transforme em cristalização, o episódico em definitivo, a utopia em ideologia. E pela encarnação, a incidência superada não significa que seja apagada, mas valorizada num contexto de historicidade que transforme todos os passos do homem em explicitações de seu ideal, e o seu conjunto numa longa verdade peregrinante, como pensava Pascal, ao afirmar que os homens marcham na história como se a humanidade fosse um só homem. A universalidade não significa que não sejamos de nenhum tempo, mas que somos de todos os tempos. Não somos intemporais, no sentido da desencarnação, mas ontemporais, segundo uma perspectiva husserliana. Também não somos historicistas, ligamos, ao contrário as idades e as culturas, acumulamos e projetamos. Idéias e fatos não estão separados, valor e realidade não são paralelos.

Em vez de paralelismo, há é intersecção. O papel das elites universitárias está portanto representado pela combinação dinâmica de momentos de assimilação e de ru-

tura. O conceito geométrico da intersecção, os pontos em que se cortam duas linhas ou superfícies, servem para definir essa inserção pela ruptura, essa vida nova que surge numa ferida aberta. O indivíduo ingressa na sociedade não para se anular, nem só para se fundir com ela, mas também para dividir; engrena com ela pelo conflito, desencadeador numa seqüência dialética, ao cabo da qual a sociedade poderá acolher uma nova forma de consciência, um novo ponto de partida, uma redefinição radicalizadora das situações dos problemas.

Esta filosofia de ação há de inspirar a nossa política educacional e cultural. Precisamos fundir o que fôra separado, equívocos filosóficos e deformações históricas: os ideais e os fatos, a educação e o trabalho, as elites e o povo. Os erros trágicos que temos cometido, especialmente no Brasil, consistem, ou em manter a dualidade, como é o caso das elites aristocráticas e separatistas; ou em transformar a elite em povo, que é o caso da liderança demagógica; ou em converter em elite o povo como um todo, o que, por ser impossível, se transforma na mistificação de um ensino aristocrático tornar-se padrão geral no país para, na prática, apenas exacerbar o processo seletivo.

Essas deformações decorrem exatamente de não se ter em conta que a integração entre elite e povo é dialética. A consciência dialética é formada dos dois termos — elite

e povo — das contingências do primeiro e da visão unitemporal, projetiva e tensional do segundo. A universidade se destina a ser a formadora desse tipo de elite: essa é a sua vocação histórica, a sua missão em nossos dias e o escôpo que modestamente havemos nós de perseguir. Procuraremos concorrer para o desenvolvimento econômico do país, e para situá-lo num conjunto que o explique, superando-o; cooperar no processo da aceleração histórica, compreendendo que a história é uma duração qualificada por valores que não são puramente históricos; concorrer para que a liderança universitária possa destruir os mitos sociais, mediante a disciplina científica, sem desiludir os que os perderam. Creio que um dos mais importantes resultados da atuação da universidade, e de seu esforço de liderança espiritual, consiste em, juntamente com outras forças da sociedade, preparar a consciência adulta, aquela que constrói a sua disciplina sobre as coisas desmitificadas e restituídas ao tamanho natural. É uma forma de consciência crítica que, apesar de desmitificação, não perde a eficácia de instrumento normativo na vida pessoal e coletiva.

Essa consciência crítica, por outro lado, não elimina, na visão do mundo que professo, os valores

absolutos, encarados sob uma perspectiva de intersecção no tempo e na história.

Não venho, pois, para uma função burocrática; venho reunir uma equipe que procurará transformar a nossa universidade numa instituição donde se possa irradiar uma nova inteligência, uma nova consciência, e os instrumentos eficazes para a solução de nossas crises. A revolução brasileira, se se quer atalhar a catástrofe, terá de ser feita com a inteligência e a generosidade de todos os brasileiros dos quais a universidade democrática será uma expressão geral, representando o interesse de todos, vistos e definidos por todos, e sobretudo pelos que forem mais capazes de limpidez, de inteligência universal, de fervor e de desinteresse.

Temos de admitir, sob certo aspecto, a prioridade da Universidade no ensino; não que ela se destine a formar as castas dominantes numa estrutura social dual, mas a ser a consciência dos nossos problemas e necessidades e o arsenal dos meios e instrumentos indispensáveis à organização nacional. Cabe-lhe definir o nosso projeto histórico, e os esquemas de desenvolvimento que propiciem recursos para a educação de todos e discipline a cultura que por todos se distribuirá.

ESTUDOS E ATIVIDADES DA CAPES

Ensino de Farmácia

Em virtude de entendimentos havidos com a Associação dos Professores de Farmácia do Brasil, coopera a CAPES na realização de amplo e pormenorizado levantamento dos currículos, programas, recursos didáticos em geral e outros dados de interesse dos Cursos e Faculdades de Farmácia do país.

O levantamento está sendo levado a cabo pela Associação, nos moldes do levantamento do ensino odontológico realizado, em 1959, pela Associação Brasileira de Ensino Odontológico (ABENO), também com a cooperação da CAPES, e tem por objetivo principal a obtenção de dados, informes diversos e outros elementos capazes de concorrer para o aprimoramento do ensino farmacêutico. Imediatamente após a coleta desses elementos, à base das respostas ao questionário especialmente elabo-

rado para esse fim, a Associação dos Professores de Farmácia empreenderá o seu estudo analítico, tão pormenorizado e amplo quanto possível.

Para o fim especial do levantamento, o país foi dividido em seis regiões. Doze professores, convidados pela Associação, visitaram, em grupos de dois, as escolas de cada região, a fim de, pessoalmente, colher os informes e preencher os questionários. O período coberto pelo levantamento se estendeu de 6 a 18 de novembro.

A seguir vêm indicados, por região, as cidades onde têm sede as escolas e os professores que fizeram as visitas :

1º região — Natal, Fortaleza, São Luís e Belém — Professores Marcelo Silva Júnior e José Elias Murad.

2º região — Salvador, Recife e João Pessoa — Professores Ernesto Cristiano Aichinger e Henrique Taltaldi.

3º região — Juiz de Fora, Belo Horizonte, Goiânia e Ouro Preto

— Professores Tarcilo A. N. de Toledo e Helios Romero Bernardi.

4ª região — Curitiba, Ribeirão Preto, Araraquara e Alenas — Professores Galeno Egídio J. de Magalhães e Francisco José de Abreu Matos.

5ª região — Rio de Janeiro, Niterói e São Paulo — Professores Aluizio Pimenta e Fernando José S. Montenegro.

6ª região — Ponta Grossa, Florianópolis, Pôrto Alegre e Santa Maria — Professores Alberto Teixeira Pais e Roberto Wasicky.

NOTICIÁRIO

Tireóide

Em comemoração ao seu 15º aniversário de fundação, o Instituto de Biofísica da Universidade do Brasil, em cooperação com a Comissão Nacional de Energia Nuclear, o Comissariado Francês de Energia Atômica, o Itamarati e a CAPES, reuniu, no Rio de Janeiro, cerca de setenta cientistas de vários países para um Colóquio sobre Tireóide.

O Colóquio, realizado entre 3 e 7 de outubro, constou de duas partes :

— Bioquímica e fisiologia dos hormônios.

— Aplicação de radioisótopos no diagnóstico e no tratamento das afecções tireoidianas.

Cientistas do Brasil, da Argentina, do Chile, da França, da Inglaterra,

terra, da Itália, da Venezuela e dos Estados Unidos discutiram, no Hotel Glória, sede do Colóquio, os seguintes temas, entre outros, relacionados pelos professores ou pesquisadores também indicados:

— Bioquímica comparada dos hormônios tireoidianos — Jacques Leloup;

— Transporte e penetração celulares dos hormônios tireoidianos — Jean Roche;

— Metabolismo periférico dos hormônios tireoidianos — Serge Lissitzky;

— Metabolismo renal dos hormônios tireoidianos — Raymond Michel;

— Metabolismo hepático dos hormônios tireoidianos — Luís Carlos G. Lobo;

— O método de equilíbrio isotópico no estudo da função tireoidiana — François Morel;

— Processo de auto-imunização da tireóide — Deborah Doniach;

— Técnica de captação de radioiodo por cultura da tireóide do embrião de pinto — Marisa X. O. Musacchio.

— Ação e localização da tireotrofina marcada sobre a glândula tireóide — Eduardo de Robertis;

— Auto-historradiografia da tireóide — Antônio M. Couceiro;

— O tireograma no estudo dos bócios nodulares — Jaime Rodrigues;

— O radioiodo no tratamento das hiperfunções tireoidianas — Nelson Carvalho;

— Explicação funcional da tireóide com radioiodo — Clementino Fraga Filho;

— Explicação com radioiodo da primeira fase do ciclo do iodo — José Barzelatto;

— Explicação com radioiodo da fase orgânica do ciclo do iodo — Eduardo Pena França;

— Cintigrafia do corpo tireóide no diagnóstico das ectopias granulares — C. Kellersohn;

— Hipotireoidismo congênito devido a síntese hormonal defeituosa — John B. Stanbury.

O Reitor Ulhoa Cintra, da Universidade de São Paulo, presidiu os trabalhos.

Congresso de Zoologia

Sob o patrocínio da Universidade do Rio Grande do Sul, reuniu-se em Porto Alegre, em outubro, o II Congresso Brasileiro de Zoologia.

Prova Experimental em UHF

O Centro Técnico de Aeronáutica, de São José dos Campos, SP, realizou, a 19 de outubro, uma prova experimental em UHF (**ultra high frequency**) por espalhamento troposférico, entre a estação fixa daquela cidade paulista e uma instalação móvel mandada para o Rio de Janeiro pelo Departamento de Eletrônica do Instituto de Pesquisas e Desenvolvimento.

O sistema, atualmente em estudos, permite comunicações telegráficas e telefônicas, à distância de algumas centenas de quilômetros, sem estações retransmissoras intermediárias, representando impor-

tante economia de instalações, operação e manutenção.

A ligação de agora, que coroa uma série de experiências anteriores, se fez na frequência de mil megacíclos.

O Centro Técnico de Aeronáutica dedicar-se-á à criação de equipamentos operacionais, à base dessas experiências — equipamentos que, produzidos industrialmente, permitirão ao Ministério da Aeronáutica estabelecer, entre os nossos principais aeroportos, com apreciável economia de custo e de divisas, uma rede de comunicações capaz de apoiar melhor a segurança dos vôos.

MUNDO UNIVERSITÁRIO

Engenharia Nuclear

A Escola Nacional de Engenharia, UB, promove desde 1954, com a cooperação da CAPES, dois cursos de Engenharia Nuclear — um de introdução e outro de pós-graduação.

O primeiro desses cursos, de extensão universitária, foi iniciado em setembro de 1954. Tem a duração de dez meses e já diplomou sete turmas — 8 alunos da turma de 1954, 10 da de 1955, 9 da de 1956, 16 da de 1957, 17 da de 1958, 11 da de 1959 e 15 da de 1960.

O curso de pós-graduação, de dois anos de duração (três períodos por ano), foi iniciado em 1957 (7 alunos). No ano seguinte, inscreveram-se 13 alunos e em 1959 e 1960 as turmas se constituíram de 9 alunos cada.

As matérias do curso de pós-graduação de Engenharia Nuclear são as seguintes :

Primeiro ano

1º trimestre — Cálculo Avançado, Física Nuclear, Eletrônica e Inglês (facultativo).

2º trimestre — Cálculo Avançado, Física Nuclear, Eletrônica e Inglês (facultativo).

3º trimestre — Cálculo Avançado, Física Nuclear, Eletrônica e Física de Reatores.

Segundo ano

1º trimestre — Física de Reatores, Resfriamento dos Reatores, Higiene das Radiações, Materiais de Construção de Reatores.

2º trimestre — Física de Reatores, Contrôles de Reatores, Blindagem dos Reatores, Química dos Materiais Nucleares.

3º trimestre — Projeto de Reatores, Tese, Tratamento dos Rejeitos Radioativos, Obtenção e Uso de

Radioisótopos, Aspectos econômicos da energia nuclear.

Os cursos de Engenharia Nuclear da Escola Nacional de Engenharia, UB, estão subordinados ao Departamento de Física e têm por diretor o professor Antônio José da Costa Nunes.

Jornalismo

A Congregação da Faculdade de Filosofia da UMG aprovou a efetivação do Curso de Jornalismo, se possível já a partir de 1962.

Será o seguinte o currículo do Curso de Jornalismo :

Primeira série — Língua Portuguesa, Inglês, Geografia Humana, Princípios de Jornalismo e Estudo de Originais (primeira parte), Redação e Reportagem (primeira parte), Sociologia, Legislação de Imprensa, Ética Jornalística.

Segunda série — Língua Portuguesa, Inglês, Princípios de Jornalismo e Estudo de Originais (segunda parte), Redação e Reportagem (segunda parte), Direito Público, Princípios de Economia e História das Doutrinas Econômicas, História Contemporânea do Brasil, Literatura de Língua Portuguesa.

Terceira série — Língua Portuguesa, Inglês, Teoria Política e

História das Idéias Políticas, Publicidade e Propaganda, Jornalismo Comparado, Arte Tipográfica aplicada ao Jornalismo, Psicologia Social e Patologia Social, Direito Privado.

Quarta série — Estrutura Jurídico-Econômica e Administração da Empresa Jornalística, Especializações, História do Jornalismo e do Jornalismo Brasileiro, Relações Públicas, Jornalismo em Rádio, Televisão e Cinema.

O curso será completado com estágios em empresas jornalísticas, seminários, conferências, provas práticas e teses.

O exame vestibular constará de provas de Português, Inglês ou Francês, História do Brasil e História da Civilização.

«Ano Vestibular»

Aprovado, em caráter experimental, pelo I Seminário de Professores, será pôsto em prática pela Universidade do Ceará o chamado «ano vestibular», cujo principal objetivo é orientar vocacionalmente o estudante, através de exames psicológicos.

Esse programa, que obedecerá um esquema geral dividido em treze itens, terá o seu lançamento precedido de uma ação direta nos colégios, com a realização de debates com alunos do segundo ciclo

do curso secundário, sob a orientação de professores especialistas em diversas profissões.

Em resumo, os treze itens previstos no esquema para o «ano vestibular» são os seguintes :

- 1) início com o ano letivo, intensificando-se nos meses de julho, dezembro e janeiro;
- 2) inscrição de candidatos centralizada no Departamento de Educação e Cultura da UC;
- 3) submissão, por parte dos candidatos, no ato da inscrição, a exames vocacionais e de conhecimentos, que terão valor de abordagens iniciais, sujeitas a constantes reajustamentos durante o ano;
- 4) na apreciação das aptidões serão levados em conta os dados da escola média, exigindo-se, na inscrição, o histórico da vida escolar;
- 5) o Departamento de Educação e Cultura centralizará a tarefa de estudo psicológico e aconselhamento vocacional através de especialistas vindos de outros centros visando suprir as deficiências porventura verificadas em Fortaleza;
- 6) exame psicológico dos candidatos durante o «ano vestibular» para confirmar ou infirmar observações anteriores;
- 7) a decisão final caberá sempre ao candidato, orientado de acordo com as mais modernas técnicas de aconselhamento;
- 8) as matérias básicas do «ano vestibular» se dividirão em instrumentais e especiais, sendo as primeiras comuns a todas as carreiras e as segundas dirigidas para estudos ligados à profissão escolhida pelo

candidato; 9) será feito um exame final de conhecimentos, analisado à luz da escolha feita pelos inscritos; 10) nas provas de Português não se permitirá a inclusão de questões de gramática, visto que o seu objetivo será, antes de tudo, avaliar como o estudo dessa, feito na escola média, se terá resolvido no uso da língua com propriedade e correção; 11) na avaliação de conhecimentos, ter-se-á em vista que êsses serão tanto mais educativos e, portanto, mais úteis a estudos posteriores, quanto mais se integrem na conduta do estudante para nortear suas maneiras de pensar e de agir; 12) nos exames intelectuais se procurará investigar o que os alunos sabem e o que serão capazes de aprender; 13) o julgamento final dos candidatos será coletivo e dêle participarão não só os professores dos cursos de revisão como os encarregados do serviço de orientação vocacional.

Radioquímica, UR

Encerrou-se, em outubro, no Instituto de Química da Universidade do Recife, o curso de radioquímica ministrado pelo professor Maurice Cottin, do Instituto de Radium de Paris.

Em companhia do professor Haissinsky, diretor do Laboratório Curie, o professor Cottin veio ao Recife instalar um laboratório de radioquímica na Cidade Universitária do Engenho do Meio, e ali mi-

nistrou um curso de conferências que se estendeu de julho a outubro, traçando diretrizes para o prosseguimento dos trabalhos universitários no campo da radioatividade.

91 Anos do Mackenzie

A 20 de outubro, com a participação de 4000 alunos, desfile e demonstrações de ginástica e a presença de ex-alunos vindos de todos os pontos do país, o Instituto Mackenzie, de São Paulo, festejou os seus 91 anos.

Vestibular de Medicina, USP

O Conselho Técnico-Administrativo da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo decidiu acrescentar uma língua estrangeira — inglês, francês ou alemão, à vontade do candidato — aos concursos de habilitação para ingresso na Escola.

A medida começa a vigorar já em 1962.

Agronomia

Após um Seminário em Pôrto Alegre, com professores e diretores de Escolas, a fim de debater sugestões no sentido da atualização do ensino de agronomia e da sua adequação à realidade agrícola nacio-

nal, estudantes de agronomia de todo o Brasil estão-se dirigindo às autoridades educacionais através do seguinte documento, aprovado na ocasião :

«O VIII Congresso Brasileiro dos Estudantes de Agronomia, organizado pelo Diretório Central dos Estudantes de Agronomia do Brasil, reunidos em Pôrto Alegre, encaminha a V. Exa., as suas considerações sôbre a inoportunidade da criação de outras Escolas de Agronomia no Brasil, baseando-se, para tanto, nos seguintes ponderados argumentos :

1 — Considerando que as Escolas de Agronomia do Brasil lutam com dificuldades financeiras para elevar o seu atual padrão de ensino, havendo portanto necessidade de atualizar o nível didático e científico, mórmente no ensino universitário de Agronomia :

2 — Considerando que um engenheiro agrônomo formado no Brasil custa para os cofres governamentais cêrca de Cr\$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros) e que com o preenchimento e aumento de vagas, êsses gastos poderão ser reduzidos à metade, havendo em consequência maior aproveitamento do enorme patrimônio da Escola.

3 — Considerando que a manutenção de uma Escola de Agronomia exige anualmente um mínimo de 50 milhões de cruzeiros do orçamento do Estado ou da União;

4 — Considerando que se um décimo da verba que seria destinada à criação de novas Escolas de Agronomia, fôsse aplicado na ampliação das já existentes e de seu corpo docente, essas escolas poderiam admitir maior número de alunos, como também melhorar seu ensino;

5 — Considerando que as Escolas de Agronomia que não pudessem apresentar bom padrão de ensino técnico-científico, formariam profissionais insuficientemente preparados, em desprestígio da profissão e dos profissionais já existentes;

6 — Considerando que as cidades que reivindicam Escolas de Agronomia podiam oferecer bôlsas de estudo aos estudantes locais interessados em seguir o curso de engenheiro agrônomo;

7 — Considerando que políticos têm levantado o problema insistentemente, seja nas Assembléias Legislativas ou na Câmara Federal, e o fazem por ignorância das razões acima enumeradas, ou por demagogia eleitoreira, repudiada por nós, participantes do VIII Congresso Brasileiro dos Estudantes de Agronomia, e por vós impolutos administradores.

8 — Considerando a precariedade de numerário, instalações, professores, das Escolas de Agronomia de: Lavras (MG), Belém (Pará), Cruz das Almas (Bahia), Areia

(Paraíba), Pelotas (RGS), achamos que as verbas despendidas na criação de novas escolas poderiam ser concentradas na melhor aparelhagem daquelas citadas acima.

— Considerando a urgente necessidade de técnicos de nível médio em agricultura servindo de colaboradores do engenheiro agrônomo no trabalho de desenvolvimento da agricultura, julgamos que deveriam anteceder, à criação de novas Escolas de Agronomia, as Escolas Agrotécnicas.

Concluimos :

Pela criação de um grupo de trabalho que estudasse a viabilidade ou não da criação de novas escolas de agronomia. Chamamos a atenção do grupo de trabalho para a exposição de motivos acima e destacamos a seguir alguns itens julgados pela comissão de primordial importância :

1 — Verificação do grau de desenvolvimento da região para saber se comporta uma nova escola de agronomia.

2 — Disponibilidade de professores e alunos.

3 — Inclusão de educadores, economistas, sociólogos, representante da Sociedade Brasileira de Agronomia e do Diretório Central dos Estudantes de Agronomia.

Solicitamos de V. Exa. que pondere sobre nossas considerações e, confiando no vosso bom discernimento, colocamos a solução do problema em vossas mãos.»

Escola de Florestas

O Ministério da Educação e Cultura e a Universidade Rural do Estado de Minas Gerais firmaram acôrdo que envolve o total de sete milhões de cruzeiros para a Escola Nacional de Florestas, no quadro do Plano de Educação para o Desenvolvimento aprovado pelo Sr. Presidente da República.

Segundo o acôrdo, 2,8 milhões destinam-se a pessoal, 2,8 milhões a equipamentos e 1,4 milhão a obras na Escola de Florestas.

Parlamentarismo

O Instituto de Ciências Políticas e Sociais, de Pernambuco, iniciou, em setembro, cursos intensivos sobre a Constituição Federal, com ênfase especial sobre o ato adicional que instaurou no país o regime parlamentar, a fim de preparar licenciados em História das Faculdades de Filosofia para ministrar essa matéria nas últimas séries dos cursos ginásial e colegial.

Os cursos foram programados tendo em vista o decreto do Presidente provisório da República, deputado Ranieri Mazzilli, que man-

dava ministrar aulas sobre a Constituição Federal nas últimas séries dos estabelecimentos de grau médio, como aditamento ao programa oficial das cadeiras de História do Brasil.

Odontologia, URGs — 63 Anos

A Faculdade de Odontologia de Porto Alegre, URGs, completou, a 10 de outubro, 63 anos de existência.

Deve-se aos esforços do cirurgião-dentista Henrique Riedel a sua criação, em 1898, como curso anexo à Faculdade de Medicina.

Ensino Universitário de Física

Professores universitários de Física, reunidos no Instituto Tecnológico de Aeronáutica, em São José dos Campos, SP, nos dias 5 e 6 de outubro, debateram problemas do ensino universitário de Física — e especialmente o ensino **experimental** de Física — com vistas à formação de pessoal qualificado em número suficiente para atender à crescente massa de alunos que demandam as escolas superiores.

Com a montagem de novos laboratórios e institutos, o problema se tornou crítico, em virtude da falta de material, de instrumental e de pessoal para pesquisas e programas de Física Experimental.

Os professores de Física decidiram :

— realizar, anualmente, reuniões de professores universitários de Física Experimental;

— nessas reuniões, acompanhar e analisar problemas ligados ao ensino, ao equipamento dos laboratórios e aos cursos regulares e suppletivos;

— recomendar a adoção de provas práticas nos concursos de habilitação às escolas superiores, com o que se ativará também o ensino de Física Experimental no curso secundário.

Participaram da reunião os professores Magalhães Gomes (Escola de Engenharia) e Márcio Moreno (Faculdade de Filosofia), da UMG; Paulus Pompéia, Mário Guimarães e José Muzzio, do ITA; David Goldman (Faculdade de Filosofia), da USP; João Sales Pupo (Escola de Engenharia), de Petrópolis; Sérgio Mascarenhas (Escola de Engenharia), de São Carlos, SP; Heitor de Souza (Faculdade de Filosofia), de Rio Claro, SP; e Isaías Raw (Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura), de São Paulo.

Matrícula e Diplomados - PUC-RS

De acôrdo com o **Anuário** de 1960, a matrícula geral (1931-1960) e o total de diplomados (1933-1960)

na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul distribuem-se do seguinte modo :

Matrícula geral

1931 —	12
1932 —	26
1933 —	42
1934 —	71
1935 —	166
1936 —	76
1937 —	80
1938 —	77
1939 —	41
1940 —	176
1941 —	201
1942 —	347
1943 —	476
1944 —	512
1945 —	510
1946 —	559
1947 —	731
1948 —	831
1949 —	966
1950 —	1 038
1951 —	1 108
1952 —	1 205
1953 —	1 224
1954 —	1 419
1955 —	1 677
1956 —	1 901
1957 —	1 942
1958 —	2 105
1959 —	2 305
1960 —	2 279

Diplomados

Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas :	
Economistas	875
Ciências Contábeis e Atuariais	115
Faculdade de Filosofia :	
Bacharéis	2 022
Licenciados	1 760
Assistentes em Psicologia (Instituto de Psicologia)	82
Faculdade de Direito	444
Escola de Serviço Social ..	161
Faculdade de Odontologia .	262
Orientadores Educacionais .	86

o que perfaz um total de 5 807 diplomados entre 1933 e 1960.

Odontopediatria

A 25 de outubro, na sede da Associação Pernambucana de Odontopediatria (rua do Hospício, 949, Recife), instalou-se a VI Semana Acadêmica de Odontopediatria, promovida pela Associação pernambucana e sob os auspícios da Associação Brasileira.

Vários estudantes apresentaram trabalhos originais à Semana, entre outros os seguintes odontolando:

— Luís Carlos Bezerra de Menezes — Cárie dentária — fatores predisponentes;

— Geraldo Bosco Lindoso Couto — Fluor e cárie dentária;

— Djalma Castelo Branco — A criança e o consultório;

— Joaquim Pereira da Rocha Filho — Necessidade de tratamento dos dentes decíduos.

Novo Reator para a UMG

Em virtude de acôrdo com o Comissariado de Energia Atômica da França, será instalado, em marco de 1962, na Cidade Universitária, um novo reator atômico, tipo **Uranie**, no Instituto de Pesquisas Radioativas da Escola de Engenharia da UMG.

O Comissariado de Energia Atômica enviará três professôres para ministrar cursos de física de reatores, proteção contra as radiações e aplicações industriais de radioelementos. Por sua vez, três engenheiros nucleares do Instituto de Pesquisas Radioativas deverão especializar-se nos Laboratórios de Saclay, com bôlsas de estudo em física de saúde, produção de óxido de berílio e medida absoluta de radioatividade.

Em combinação com a indústria francesa, o Comissariado de Ener-

gia Atômica fornecerá equipamentos para um curso de aplicação de radioisótopos e emprestará por tempo indeterminado, sem ônus para o Brasil, o urânio a utilizar no reator (1 260 quilos).

O reator **Uranie**, que não produz radioatividade, destina-se especialmente a ensino.

Núcleo Eletro-Mecânico

O Diretório Acadêmico da Escola de Engenharia de Pernambuco, UR, promoveu, em outubro, um ciclo de palestras comemorativas da inauguração do Núcleo Eletro-Mecânico da Escola.

O programa desenvolvido foi o seguinte :

— Três Engenharias — Física, Social e Humana (três palestras) — Gilberto Freyre;

— Tecnologia e ensino universitário — Bezerra Coutinho;

— A nova concepção dos Institutos Tecnológicos nas Universidades modernas — Amaranto Lopes;

— Considerações sobre a natureza do conhecimento científico — Alfredo Melo de Souza Freitas;

— Reestruturação dos progressos da Física para o engenheiro — Francisco A. G. A. Brandão;

— O previsível impacto do Núcleo Eletro-Mecânico sobre a realidade nordestina — Alfredo Melo de Souza Freitas.

Ensino de Odontologia, SP

A Associação Brasileira de Ensino Odontológico (ABENO) e a CAPES promoveram um levantamento da situação no ensino de Odontologia no Brasil, onde esse tipo de ensino contava com 33 Faculdades até 1959, nove das quais no Estado de São Paulo.

Uma das primeiras observações dos técnicos que fizeram o levantamento consistiu no exame do número de matérias no conjunto das Faculdades: 42, incluídas nesse total disciplinas iguais sob denominações diferentes. Observaram os técnicos que, se não é o caso de se sugerir um currículo único, forçoso se torna concluir que existe «desequilíbrio na medida dos conhecimentos que se destinam a formar o profissional».

Os dados relativos ao professorado indicam a imaturidade da organização do ensino da Odontologia no Brasil. Nas 33 Faculdades que existem no País, 78 por cento das cadeiras são providas a título precário e 15% sob concurso; as 7 por cento restantes, pelo sistema de nomeação.

Observou-se, também, que 25 por cento do total de professores cons-

tituem-se de elementos que não residem nas cidades em que se situam as Faculdades.

A conclusão pouco favorável chegaram os técnicos com relação às instalações dessas escolas. Acentua, a esse respeito, o relatório elaborado pelo prof. Paulino Guimarães, Jr.: «As deficiências, tanto as de pessoal como as materiais, consideradas à base de um padrão mínimo, mostram que o ensino, de modo geral, está longe de ser compatível com aquilo que a sociedade está no direito de esperar, quando fornece um indivíduo a fim de possuir mais tarde um profissional.»

Para que as oito Faculdades de Odontologia que funcionam em São Paulo venham a dispor de «materiais mínimos para seu desenvolvimento», tornar-se-ia necessário o dispêndio de 92 milhões de cruzeiros, que se distribuiriam assim: Lins, 16 milhões; Campinas, 12 milhões; Capital, 4 milhões; São José dos Campos, 14 milhões; Piracicaba, 10 milhões; Araraquara, 16 milhões; Ribeirão Preto, 13 milhões; Araçatuba, 7 milhões. E nenhuma dessas verbas seria suficiente para a aquisição de bibliotecas ou construção de locais para aulas, nem para o funcionamento de cadeiras de Clínica.

Cinco das Faculdades do Estado de São Paulo contam com a cadeira de Farmacodinâmica, e no entanto nenhuma delas possui instalações materiais para esse ensi-

no; e ainda, cinco têm a cadeira de Odontologia Legal, também sem instalações materiais.

Deveria o Estado despende de imediato, e somente com as escolas de Odontologia que lhe pertencem, a importância de 140 milhões de cruzeiros, para que essas faculdades «mercessem realmente o nome de institutos de formação de cirurgiões-dentistas. A esse total deveria ainda ser somado o «quantum» despendido com o pagamento de pessoal para as funções docentes, pessoal cuja carência é da ordem de 58 por cento aproximadamente, no que diz respeito a assistentes. Admitindo que o Estado pudesse dispor, em prazo mais ou menos curto, da quantia necessária a esses gastos, esbarraria ainda com uma dificuldade intransponível a curto prazo; a inexistência de pessoal docente habilitado.»

É pouco favorável também a conclusão do relatório sobre a possibilidade de um preenchimento das falhas no magistério a curto prazo:

«Dentro do atual panorama da escassez de homens para as tarefas docentes, podemos calcular que na melhor das hipóteses, em processo de recrutamento e treinamento intensivos, só dentro de dez anos estarão cobertos os claros nos quadros docentes das faculdades de odontologia.»

Não aconselha, o prof. Paulino Guimarães Jr., um «recrutamento

indiscriminado, que vise apenas o preenchimento dos claros verificados». Aconselha, o treinamento sistemático e progressivo de elementos dentro de um programa de Bolsas de Estudo adequado, a exemplo do que a própria Associação Brasileira de Ensino Odontológico faz, com a colaboração da CAPES e do Ponto IV.

O relatório considera não só oportuna, mas até altamente comprometedor para o Estado, a criação e instalação de novas escolas de Odontologia.

Assinala, também, o relatório, a deficiência no número de dentistas no Estado de São Paulo. A média é de apenas 45 para cem mil habitantes. Somente cinco municípios possuem mais de cem dentistas: Capital, 2 309; Campinas, 289; Santos, 188; Ribeirão Preto, 178; e Santo André, 108.

Educação Física em Passo Fundo, RS

Estará funcionando, dentro de poucos meses, a Escola Superior de Educação Física de Passo Fundo, RS, recentemente criada pela Sociedade pró-Universidade de Passo Fundo.

Provisoriamente, a Escola poderá funcionar no Instituto Educacional da cidade e utilizar a represa do Capingui para o ensino de esportes aquáticos e náuticos, enquanto se providenciam instalações

definitivas na Cidade Universitária em construção.

Escola de Veterinária, MG

O governador mineiro sancionou lei dispondo sobre a transferência, para o patrimônio da Universidade de Minas Gerais, dos bens móveis, imóveis e apólices pertencentes à Escola Superior de Veterinária (Vigosa) da Universidade Rural do Estado, recentemente federalizada.

Novas Faculdades em Uberlândia

A Instituição Uberlandense de Ensino decidiu promover a criação de mais duas Faculdades — a de Odontologia, cuja organização estava paralisada desde o ano passado, e a de Ciências Econômicas.

Funcionam em Uberlândia as Faculdades de Direito e de Filosofia, já estando criada a Escola de Engenharia.

Estudos Afro-Brasileiros

Em colaboração com o Diretório Acadêmico da Faculdade de Filosofia de Pernambuco, UR, os alunos dos cursos de História, Ciências e Geografia da cadeira de Etnografia (professor José Lavareda) promoveram, a partir de 23 de outubro, uma Semana Afro-Brasileira, que, além de uma exposição sobre as

culturas africanas, constou das seguintes palestras:

— Geografia da África — Professor Gilberto Osório.

— O tipo físico africano — Professor Ricardo Cavalcânti.

— O problema lingüístico africano — Professor Sá Barreto.

— Religiões afro-brasileiras — Professor René Ribeiro.

— Relações entre a África e o Brasil — Professor José Antônio Gonçalves.

Escola de Minas de Ouro Preto

Está em estudos, no Ministério da Educação, nova sede para a Escola de Minas de Ouro Preto, obra orçada em 1,2 bilhão de cruzeiros, a localizar-se no Morro do Cruzeiro, a 3 km do centro urbano.

Em área de 500 000 metros quadrados, serão levantadas as edificações dos Institutos de Ciências Básicas, de Ciências Sociais e Econômicas, de Engenharia Social, de Geologia e de Mineração e Metalurgia (êste já em funcionamento).

Centro de Estudos de Nutrição, USP

Acaba de ser criado na Universidade de São Paulo o Centro de Estudos de Nutrição, ao qual in-

cumbirá concatenar os trabalhos que ali se vêm realizando há muitos anos, nos diversos setores da alimentação.

Convocados para uma reunião pelo reitor, professor A. de B. Ulhôa Cintra, elementos do corpo docente de diversas Faculdades que se dedicam a pesquisas nesse campo manifestaram o desejo de dispor de meios de intensificar e coordenar os seus trabalhos. O reitor propôs, então, a criação de um organismo centralizador e encaminhou solicitação nesse sentido ao Colendo Conselho Universitário, o qual, depois, de ouvir a Comissão de Ensino e Regimentos, aprovou a proposta por unanimidade.

Criou-se então o Centro de Estudos de Nutrição da Universidade de São Paulo, com os seguintes objetivos: a) estimular a pesquisa nos vários setores da alimentação, quer humana, quer animal, procurando conseguir meios adequados à sua realização; b) incentivar planos conjuntos de trabalhos, distribuindo tarefas entre os diferentes institutos da Universidade, consideradas as diversas especialidades e os tipos de equipamentos disponíveis; c) opinar, quando solicitado, sobre pedidos de bolsas ou de auxílios para a realização de pesquisas no campo específico; d) servir como centro de informações a entidades nacionais ou estrangeiras, públicas ou privadas, divulgando os trabalhos realizados no Brasil e providenciando a sua pu-

blicação; e) centralizar os trabalhos sobre nutrição realizados na Universidade de São Paulo e promover congressos, reuniões, simpósios e trabalhos especiais de interesse para o progresso das pesquisas na especialidade, inclusive estimulando contatos entre os especialistas nacionais e estrangeiros e encarregando-se de campanhas de divulgação sobre a importância dos programas de nutrição. As atribuições previstas na alínea d, acima, incluem o levantamento bibliográfico de toda a produção científica nacional e estrangeira sobre nutrição, o que irá possibilitar ao Centro atuar como núcleo de documentação bibliográfica.

Para atingir êsses múltiplos objetivos, já no momento a Universidade está promovendo, por intermédio das diversas Faculdades ligadas aos assuntos que dizem respeito a nutrição e alimentos, o levantamento dos equipamentos de pesquisa existentes nos diversos institutos, bem como o do pessoal tecnicamente habilitado à realização das tarefas. Também se procede ao levantamento dos trabalhos em andamento, com o objetivo de concatená-los.

Têm interesse no C.E.N.U.S.P. pelo menos os seguintes estabelecimentos: Faculdade de Farmácia (cadeira de Bromatologia), Faculdade de Medicina de São Paulo (cadeira de Fisiologia e 1ª cadeira de Clínica Médica), Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto (ca-

deira de Clínica), Faculdade de Higiene e Saúde Pública (cadeira de Higiene Alimentar), Faculdade de Medicina Veterinária (cadeira de

Produtos de Origem Animal), Escola Superior de Agricultura «Luiz de Queiroz» e Faculdade de Filosofia (Departamento de Botânica).

ASPECTOS INTERNACIONAIS DA EDUCAÇÃO

«Rentrée»

Em setembro, «pela primeira vez», — escreve Robert Ferran em *L'Express*, de Paris (14/9), — mais de dez milhões de alunos fizeram a sua «*rentrée*» nas escolas francesas: 8,3 milhões nos estabelecimentos públicos e 1,8 milhão nos estabelecimentos privados.

Para mais da metade do país esse período de agitação febril valeu, na verdade, como «uma mobilização geral».

Ferran declara que a França detém um «privilegio» excepcional, que confere particular importância ao seu problema escolar — o de contar, atualmente, com 1,2 milhão de jovens **a mais** do que as nações vizinhas, de população sensivelmente igual. Esse privilégio, se ex-

plorado, asseguraria a força e a superioridade material e moral da França; limitado, pode precipitar a perda e asfixiar sob o seu peso a energia vital da nação. Ora, a França preferiu «democratizar» o ensino. O Ministro da Educação, Lucien Paye, declarou recentemente: «**Il n'est de richesses que d'hommes.**» Estimular, por todos os meios, a proliferação natural constitui audácia e paradoxo não pequenos, quando 200 000 alunos suplementares atingem este ano a zona mais decisiva para o seu futuro (o fim do primeiro ciclo) e quando no ano passado se recusaram 80 000 alunos no ensino técnico.

Daqui a menos de 10 anos, os 110 000 estudantes ingleses e os

185 000 estudantes alemães talvez não ultrapassem, respectivamente, os efetivos de 135 000 e 230 000. Ao mesmo tempo, os 250 000 estudantes franceses terão atingido o total de 600 000. «Podemos então acolhê-los, integrá-los nas exigências econômicas do país, quando vemos, agora mesmo, que as nossas Faculdades dispensam, antes de terminado o curso, 72% dos estudantes que admitiram e que o número de engenheiros formados em cada ano é inferior, em metade, às necessidades nacionais?»

O «ciclo de observação», inaugurado o ano passado para os alunos do sexto grau, e que este ano se prolonga à quinta classe, deve selar a sorte dos 661 000 alunos que atualmente engloba, dando a chave para cada caso particular. «Esse sistema permitirá realmente assegurar o justo lugar, ao fim deste ano letivo, aos 300 000 alunos chegados ao sexto grau o ano passado? É de temer que não. Primeiro, porque, a despeito da criação de 1 957 classes e de 4 050 postos nos colégias de ensino geral, de 3 504 classes e de 2 150 postos no ensino clássico e moderno, de 1 952 classes e de 2 218 postos no ensino clássico, a proporção de mestres e de salas de aula continua muito insuficiente. Depois, porque, ainda que as orientações desejáveis possam ser estabelecidas equitativamente, a transferência necessária dos alunos de um estabelecimento a outro por vezes se revela impraticável, em virtude da distância, da

superlotação ou de simples relutâncias pessoais.»

Ferran propõe três soluções de primacial urgência:

— agrupar, em classes autônomas, sob a direção de mestres afetos a essa única missão, todos os alunos entre 11 e 15 anos e conduzi-los, pelos seus próprios meios, — a partir de apenas algumas matérias essenciais, — ao estágio em que cada qual encontre, naturalmente, a «célula formadora» que mais lhe convenha;

— desenvolver, em proporções consideráveis, os estabelecimentos técnicos, a fim de assegurar a melhor formação dos que se encontram extraviados no secundário;

— preparar, no nível do ensino superior, acolhimento à altura do meio milhão de estudantes que se aprestam a bater às portas das Faculdades.

Organização Escolar do Canadá

O Irmão José Otão, Reitor da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, publicou na imprensa gaúcha a seguinte informação sobre a organização escolar no Canadá:

1. Na oportunidade de um Congresso Internacional realizado em Montreal em agosto último, do qual tive o prazer de participar,

proveitei para o exame, embora rápido, da organização escolar do Canadá, e, em particular na Província de Quebec, uma das principais, pois, numa população total de aproximadamente 18 milhões de habitantes, a terça parte pertence a essa Província.

A Província de Quebec, embora fundada por franceses, foi mais ou menos entregue à própria sorte. Em consequência, quando em 1867 a Inglaterra autorizou o estabelecimento da federação das Províncias do Canadá, Quebec integrou a federação, tendo conseguido, uma série de concessões que ainda hoje mantém, como a autonomia administrativa e, particularmente, a absoluta liberdade educacional e religiosa.

De então a esta parte o Canadá viveu num clima de paz, trabalho e progresso. Em consequência, está o País numa singular situação, desfrutando de um clima político excepcionalmente tranqüilo, de uma situação econômica estável e de um padrão de vida muito elevado.

A presente nota se refere em especial à Província de Quebec, cuja principal cidade, Montreal, conta um milhão e quatrocentos mil habitantes.

2. A escola primária denominada «École de Grammaire», tem a duração de 7 anos. É obrigatório o ensino primário e, de fato, 95% das

crianças a freqüentam. Este ensino é gratuito, pois a manutenção das escolas e o pagamento dos professores está ao encargo das chamadas Comissões Escolares, constituídas pelos principais membros das comunidades locais.

Em sua maior porcentagem a escola primária é particular e dirigida por educadores religiosos.

3. A escola secundária ministra-se em colégios, os quais admitem três tipos de formação: curso secundário geral, curso científico e curso clássico. O primeiro deles tem a duração de quatro anos; o segundo de cinco e o terceiro de sete anos.

A predominância está reservada a estes últimos sendo bastante numerosos os colégios que se dedicam à formação clássica, realizando-se nêles vasto programa de latim, grego, francês e história, sendo mínimo o tempo reservado à matemática e às ciências. Nos dois últimos anos desse curso é dada maior importância à filosofia.

Cada um dos tipos de formação secundária é considerado como formação em si, não visando preparar especificamente para os cursos universitários, ainda que, na prática, se verifique mais ou menos o que se constata por toda a parte, isto é, cada tipo de curso secundário orienta os alunos para carreiras superiores definidas.

Em virtude da maior duração do curso clássico e do estudo aprofundado de algumas cadeiras, os seus concluintes ficam dispensados de certas disciplinas ou mesmo de séries inteiras em algumas faculdades, sendo os casos concretos resolvidos diretamente pelas direções das Escolas.

E educação secundária é ministrada na sua quase totalidade por organizações particulares sobretudo religiosas.

Os colégios são «afiliados» às Universidades, sistema tradicional inspirado no da Universidade de Oxford, exercendo, em consequência, as Universidades uma supervisão muito geral sobre os colégios, mediante um conselho de orientação, e resultando daí o reconhecimento, por parte das Universidades dos certificados de estudos expedidos pelos colégios.

Numerosas atividades extraclasses completam a formação secundária, como as academias literárias; as academias de pintura, escultura e música; os cine-clubes; a redação de jornais estudantis e outras.

Tôdas as organizações especiais de formação católica estão em plena atividade, bem como centros de orientação profissional.

Os jogos e esportes de todos os tipos, os acampamentos de férias, etc., constituem complemen-

tos importantes de formação secundária e estão largamente difundidos nos colégios canadenses.

4. O Ensino Universitário na Província de Quebec é exclusivamente particular. No Canadá Central e Oriental, como no Oeste, são numerosas as universidades, algumas de Estado, destacando-se a de Toronto. Na Província de Quebec funcionam três grandes universidades, McGill University, neutra, e as duas Universidades Católicas de Montreal e Laval, esta última em Quebec e já centenária. Tôdas têm renome internacional, sendo atualmente o reitor da McGill University, sr. Cyril James, presidente da Associação Internacional das Universidades. As três Universidades trabalham em clima de total entendimento e colaboração.

Tôdas são subvencionadas pelo governo. O governo federal entra com 20% das despesas das Universidades e o Governo Provincial com 30%. Tôdas gozam de completa liberdade administrativa, didática e financeira. Pode-se dizer que os prédios pertencentes às Universidades são construídos exclusivamente com verbas governamentais e se salientam pelo estilo sóbrio e pelo perfeito acabamento. A matrícula atual passa de 100 000 alunos de tempo integral. Prevê-se a duplicação desse número em 10 anos e há uma grande preocupação principalmente pela carência de professores que resultará.

As taxas escolares anuais estão compreendidas entre 400 e 600 dólares, havendo todavia, grande número de bôlsas fornecidas por entidades particulares e organizações industriais e comerciais. Essas taxas são perfeitamente acessíveis, dados os salários elevados existentes.

A duração dos cursos varia com as Escolas, sendo de 3, 4, ou 5 anos, conforme o caso.

O regime escolar é o adotado nas universidades em geral exigindo-se dos alunos bastante trabalho pessoal. Há uma grande colaboração entre a Igreja (Católica e Protestante) e o Estado para a solução de problema universitário. Uma Federação das Universidades, a CUF (Canadian Universities Federation) regula os entendimentos entre as várias Universidades.

5. Na Província de Quebec predominam a religião católica e a língua francesa; há porém, total liberdade de crença. A língua inglesa está sendo empregada cada vez mais no trato comercial, sendo em geral bilíngues os avisos e anúncios.

A língua francesa falada no Canadá tem uma acentuação tôda particular e bem característica. O povo e os estudantes falam uma espécie de dialeto, o jornal, contra o qual existe atualmente forte campanha nas escolas.

Há grande interêsse no Canadá pelas coisas da América Latina e em especial do Brasil; mas, via de regra, verifica-se quase total desconhecimento das nossas coisas.

O que muito impressiona é a prática religiosa generalizada, a laboriosidade do povo, o bom-gôsto social e a fina educação, Sendo um país fortemente idustrializado, possui sólida estabilidade comercial. Necessita, todavia, de maior entrosamento com os demais povos já para poder continuar a colocar os seus produtos, já para colaborar mais e mais para a paz e o equilíbrio universal.

Universidades Particulares na Argentina

Há nove Universidades particulares na Argentina — cinco reconhecidas e quatro não reconhecidas oficialmente.

As reconhecidas, com as suas respectivas Faculdades, Escolas e Institutos, são as seguintes :

1—Universidade Católica de Córdoba

Faculdade de Arquitetura
Faculdade de Ciências Econômicas e de Administração
Faculdade de Direito e Ciências Sociais

Faculdade de Filosofia e Humanidades

Faculdade de Engenharia (Civil e Eletromecânica)

Faculdade de Medicina

Escola de Assistência Social

Escola de Farmácia e Bioquímica

2—Pontificia Universidade Católica Argentina Santa Maria de los Buenos Aires

Faculdade de Filosofia

Faculdade de Direito e Ciências Políticas

Faculdade de Ciências Sociais e Econômicas

Faculdade de Letras

Faculdade de Ciências Físico-Matemáticas e Engenharia (Civil e Industrial)

Faculdade de Artes e Ciências Musicais

Faculdade de Teologia

Instituto de Ciências Naturais

Instituto de Cultura e Extensão Universitária

Instituto de Ciências da Cultura

Faculdade de Direito e Ciências Sociais de Rosario

3—Universidade del Salvador (Buenos Aires)

Faculdade de Ciências Jurídicas, Políticas e Sociais

Faculdade de Filosofia

Faculdade de História e Letras

Faculdade de Ciências Políticas

Faculdade de Medicina

Escola de Psicologia

Instituto de Psicopedagogia

4—Universidade Católica de Santa Fé

Faculdade de Arquitetura

Faculdade de Ciências da Educação

Faculdade de Ciências Econômicas

Faculdade de Filosofia

Faculdade de História

Faculdade de Letras

Faculdade de Teologia

Faculdade de Direito

Faculdade de Agronomia e Veterinária

5—Instituto Tecnológico de Buenos Aires

Escola de Engenharia Química

Escola de Engenharia Industrial

Escola de Engenharia Eletromecânica

Escola de Engenharia de Armas

As Universidades não reconhecidas oficialmente têm as seguintes Faculdades:

1—Museu Social Argentino (Buenos Aires)

Faculdade de Serviço Social (psicopedagogia e bibliotecologia)

Faculdade de Eugenia Integral e Humanismo

Faculdade de Jornalismo e Museologia

2—Universidade de Patagônia (Chubut)

Faculdade de Ciências e Humanidades

3—Universidade Livre do ICEI (Instituto Cuyano de Educação Integral) (Mendoza)

Faculdade de Direito

Faculdade de Arquitetura

Faculdade de Engenharia

4—Instituto Universitário Juan A. Maza (Mendoza)

Faculdade de Engenharia

Faculdade de Ciências Físico-Matemáticas

Faculdade de Farmácia e Bioquímica

As nove Universidades particulares argentinas têm, assim, um total de 38 Faculdades, Escolas e Institutos e, de acordo com dados estatísticos provisórios, contavam com 2 889 alunos e 692 professores em 1960.

Carros

New Scientist (5/1/61) comenta:

«Obviamente, a guerra muito tem feito pelas artes da paz. Se certo arqueólogo italiano está com a razão, pelo menos um dos primeiros pares de rodas puxados a cavalo a rolar no sudeste europeu levava guerreiros na plataforma. Há muito foi reconhecido o desenho oriental do veículo a rodas. De acordo com o falecido V. Gordon Child e outros, parece ter surgido primeiro no período Uruk, em Sumer, na Mesopotâmia, durante a primeira metade do quarto milênio antes de Cristo. Nos **Proceedings** da Sociedade de Pré-história, Emmanuel Anati leva muito mais longe a história do transporte a rodas, desde as suas primeiras formas conhecidas na Anatólia,

onde os sumerianos o deixaram, através dos hititas, até a Espanha central, a França septentrional e a Escandinávia.

«Em grande parte teve êle de depender de desenhos e gravuras antigos do que parecem ser veículos de guerra em túmulos, rochas e cavernas. Esses desenhos e gravuras eram feitos quase exclusivamente em nome da nobreza. Presumivelmente ninguém mais poderia permitir-se o luxo do que eram os Cadillac do tempo. Se carros de trabalho os anteciparam, até agora não foram identificados.

«Anati diz que a carruagem foi introduzida na Palestina e no Egito durante a invasão dos hicsos (reis-pastores) no Século IX ou X a. C. e na Anatólia, muito provavelmente em consequência das invasões hititas, pouco depois. Os pontos mais septentrionais da Europa onde foram registradas carruagens da Idade do Bronze ficam na Suécia, especialmente Kiwik, Scania e Frannarp. Pelos desenhos de Frannarp, as rodas eram simbólicas do culto do Sol, mas é impossível dizer se surgiram primeiro as rodas inteiriças ou as raiadas: rodas inteiriças ainda são usadas em carros de camponeses em diversos pontos da Europa.

«Carros puxados por um ou por dois cavalos, com rodas de entre

dois e sete raios, se propagaram rapidamente na região septentrional do Mediterrâneo, por volta do Século XIV ou XV a. C. e fizeram o seu caminho para o norte pela famosa Estrada do Âmbar, a rota comercial da Itália para o Schleswig-Holstein, e pela Estrada do Ocidente, através do vale do Pó e do passo Col di Tenda».

Ensino Superior na Alemanha

O Conselho Científico (**Wissenschaftsrat**) da República Federal Alemã divulgou recentemente o seu parecer sobre a situação atual do ensino superior no país.

Em 1913, com uma população de 67 milhões, o Estado alemão contava com 21 Universidades e 11 Escolas Técnicas Superiores. Em 1961, a República Federal e Berlim Ocidental, perfazendo um total de 55 milhões de habitantes, dos quais 200 000 são estudantes de nível superior, dispõem de 18 Universidades e 8 Escolas Técnicas Superiores. No ano de 1928, a despeito de condições econômicas adversas, existiam na Alemanha, para 111 600 estudantes, 3 050 cátedras, ao passo que hoje o número é de 3 160, ou seja, pouquíssimo superior. Dessas cifras se desprende uma despro-

porção entre o aumento considerável de vocações e o crescimento relativamente insignificante do número de professores universitários, notando-se, mais, que o número de instituições de formação científica decresceu. Por outro lado, nos últimos oito anos o número de estudantes de nível superior decuplicou, tudo indicando que deverá continuar em escala ascensional.

A simples comparação destes números não dá idéia da repartição desproporcional dos estudantes segundo as diversas especialidades. Assim é que, por exemplo, na Faculdade de Direito da Universidade de Munique, as aulas são frequentadas por 175 estudantes, fato que dispensa qualquer comentário sobre seu caráter altamente anti-didático. Mais impressionante ainda é a situação na Faculdade de Ciências Econômicas e Sociais da Universidade de Colônia, onde há 5 243 estudantes para um Corpo Docente constituído de 21 catedráticos, o que importa em dizer que cada preleção admite 250 ouvintes. Outra não é a situação na Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade de Munique, a maior de todo o país, onde dois professores de Literatura Inglesa têm de dar conta de 689 alunos.

Enquanto que no século passado a classe estudantil se constituía de

forma relativamente homogênea, é caracterizada atualmente por marcada diferenciação, proveniente não só da posição social dos jovens, mas, principalmente, de sua própria formação escolar preparatória. Grande parte dos estudantes que se iniciam no nível superior trazem conhecimentos insuficientes para tal iniciação. A responsabilidade por este último fato é geralmente atribuída à inadaptação do sistema escolar, anacrônicamente prêsso a uma tradição enciclopédica, para transmitir os hábitos de concentração e familiarização com as formas de expressão lingüística ou matemática que se fazem indispensáveis ao estudante em grau superior. Devido a essa inadaptação dos colégios, cresceram, por outro lado, as tarefas de preparação elementar afetas ao corpo docente de nível superior, que se vê obrigado a reeducar os egressos das escolas secundárias para sua missão universitária, o que importa em novo gravame para sua forças já de si desfalcadas. Tais circunstâncias atuam, igualmente, como não poderia deixar de acontecer, sobre a própria vida interior das escolas superiores, que são frequentadas pelos estudantes apenas pela preocupação de adquirir os necessários conhecimentos para a sua vida profissional, com menosprêzo de todas as possibilidades educacionais

oferecidas pela íntima e viva intercomunicação estudantil. No entanto, embora tomando consciência desses dois fatos — o prejuízo advindo, para os estudantes mais dotados, daquela desconcentração do elemento docente, e a desfiguração da Universidade, que se transforma cada vez mais em mera escola profissional — o Conselho Científico não aconselha a adoção de um sistema universitário de segregação, visando beneficiar os estudantes de talento, nem apóia, com a finalidade de reanimar o espírito de tradição universitária, o incentivo de influências que não tenham sua origem no próprio ambiente acadêmico.

No que se refere ao programa de construção de novas escolas superiores e a concomitante ampliação das possibilidades docentes, o Conselho Científico prevê uma despesa total de 2,6 bilhões de marcos. No custeio dessas despesas, o Governo Federal deverá concorrer com a metade dos encargos enquanto os Länder dividirão entre si a outra cota. A cidade que vem sendo considerada como sede da próxima Universidade a ser edificada é Bremen, não só por sua importância demográfica, como também, sendo um pôrto de tão grande movimento, como um estímulo, meio simbólico, meio prático, ao estudante alemão (de tendência reconhecida-

mente sedentária), no sentido de viajar, travando contato com outros meios universitários.

Engenharia na Nova China

A educação superior, na República Popular da China, tende a integrar a educação, a produção e a investigação científica num só e único processo, popularmente chamado «três em um» — informa Wang Chih-huan (**Educadores del Mundo**, jul. 1961).

Escreve Wang :

«Tomemos o exemplo dos estudantes do terceiro ano de topografia da Universidade de Nanquim, que participaram dos projetos ligados aos esforços em grande escala para controlar o rio Ching (uma seção do Yangtsé, de Ichang até a sua junção com o Lago Tungting, em Cheng Ling-Chi).

«O rio Ching, na planície meridional de Hupeh, obstrui o rio Yangtsé, de outro modo generoso e benéfico, entretecendo meandros livres que retardam a navegação, contêm o fluxo das águas na época da inundação e provocam frequentes alterações no curso do rio.

«Para chegar à raiz do problema e controlar o rio de uma vez por

tôdas, era necessário conhecer a maneira pela qual se haviam formado êsses **meandros livres** e obter tôda a informação a êles relativa.

«No outono de 1958, a classe de topografia da Universidade de Nanquim (professôres e alunos) partiu, por conta do Estado, para trabalhar em ambas as margens do Ching.

«A classe dispersou-se em grupos de duas ou três pessoas e fêz mais de mil visitas aos habitantes locais e aos trabalhadores do dique, a fim de aprender tôda a informação histórica, técnica e prática que tinham sôbre as alterações do curso do rio, tão recuadamente no tempo até onde o podia recordar o mais velho dos habitantes da região. Então, após tirar mil fotografias aéreas, examinar quase 5 000 livros e documentos históricos e recolher, em centenas de pontos diversos, amostras de rochas e de terra, os estudantes se encontraram em condições de formar um quadro geral do rio Ching em diferentes períodos e traçar um diagrama completo da sua constituição topográfica.»

Escolas na Lapônia

Como a escolaridade é obrigatória para tôdas as crianças até os

14 anos, inclusive as das tribos nômades da Lapônia, o govêrno norueguês empreendeu um esforço especial a fim de dotar a parte septentrional do país de escolas modernas par os meninos lapões.

Uma das mais importantes dessas escolas é a de Kautokeine, na província de Finnmark, onde 90% dos habitantes são lapões (42% dos quais menores de 16 anos).

A escola, criada em 1958, conta nove classes e um internato, e utiliza os serviços de onze professores. Na realidade, trata-se de duas escolas distintas, uma aberta de novembro até a Páscoa (vinte semanas) para os meninos das tribos nômades que passam o inverno na região; a outra aberta dez semanas na primavera e dez semanas no outono para as crianças residentes na localidade. As crianças que habitam a mais de cinco quilômetros da escola ficam internas prestando pequenos serviços em troca da sua pensão.

O programa é idêntico ao das demais escolas norueguesas, adaptado às necessidades da Lapônia. Um dia da semana é destinado a trabalhos práticos: prendas domésticas para as meninas e trabalhos manuais para os meninos.

(Fonte — **Bulletin BIE** 139).

ATOS OFICIAIS

Professôres Catedráticos

Foram nomeados professor catedrático (interinamente):

— de Prótese, Faculdade de Odontologia, Universidade de Recife — Mário de Melo Lopes;

— de Estudo Comparado dos Sistemas Econômicos, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade de Juiz de Fora — Arcélio Santin;

— de Matemática Superior, Escola Nacional de Química, UB — Jorge de Abreu Coutinho;

— de História da Filosofia, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de Santa Catarina — Evaldo Pauli;

— de Direito Civil (3ª cad.), Faculdade de Direito, Universidade do Rio Grande do Norte — José Ildefonso Emerenciano;

— de Ciência da Administração, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade de Juiz de Fora — Eurico de Andrade (durante o impedimento do titular).

Legislação

Dec. nº 69 — 23/10/61 — Aprova o Estatuto da Universidade do Espírito Santo (D.O., 24/10/61).

Dec. nº 81 — 26/10/61 — Abre, no Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 194 200.000,00 para atender às despesas com a federalização da Universidade do Rio Grande do

Norte e com a criação da Universidade de Santa Catarina (Cr\$ 86.240.000,00 para a URGN e 107.960.000,00 para a USC) (D.O., 26/10/61).

Diretor

O professor Abdul Sayol de Sá Peixoto, catedrático de Direito Internacional Privado, foi designado diretor da Faculdade de Direito do Amazonas.

Aposentados

Foram aposentados os professores catedráticos:

— Baltazar José Estêvão Dornelles da Câmara, Modelo Vivo (pintura), Escola de Belas Artes, UR;

— Virgílio Bassano Cortese, Moeda e Crédito, Faculdade de Ciências Econômicas, URGs;

— Washington Ferreira Pires, Clínica Neurológica, Faculdade de Medicina, UMG;

— Francisco Álvaro Ferreira Costa, Direito Civil (1ª cad.), Faculdade de Direito, UC.

Cátedra em Concurso

Estão abertas inscrições de concurso para provimento do cargo de professor catedrático de Farmácia Galênica, Escola de Farmácia de Ouro Preto, pelo prazo de 120 dias, contados de 1/10/61.

A CAPES tem por fim a promoção de medidas destinadas ao aperfeiçoamento do ensino universitário e à melhoria, em qualidade e quantidade, do quadro de profissionais de nível superior do País.